



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ESFERA PÚBLICA E REFLEXIVIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Augusto Waga

augusto_waga@yahoo.com

IESP/UERJ

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O presente trabalho tem como escopo analisar a configuração e a emergência da problemática acerca da questão social no Brasil. Para isso, pretendemos investigar o surgimento da questão social como categoria teórica e saber capaz de organizar demandas de enfrentamento frente ao Estado e sua configuração no Brasil, a partir das particularidades de sua conformação no país.

No estudo clássico de Castel (2010), a questão social surge como construção do interesse público, em consonância com passagem da ordem familiar para a sociedade salarial, que se impõe sobre o privatismo, fundando a esfera pública moderna. Porém, no Brasil, determinantes fundamentais não suficientemente aclarados entram em jogo para uma configuração muito específica da questão social. Não por acaso, a forma como foi tematizada gravita em torno de dois eixos fundamentais, que serão desenvolvidos no artigo: os autores da Escola Sociológica Paulista, que inserem a questão social no debate sobre o desenvolvimento, e do Serviço Social, que resgatam o marxismo ortodoxo de forma a politizá-la como expressão da luta de classes.

Assim, a questão social não é colocada em termos de um projeto nacional, mesmo em seu patamar analítico. Partimos da hipótese de que a formação da ordem securitária e do autoritarismo na construção do gerenciamento da pobreza foi uma marca profunda na formação social brasileira. O solidarismo entre os trabalhadores, fundamental para consolidar a ordem pública como espaço social pacificado (Giddens, 2001), assim como a interdependência (Elias, 2011), constituiu-se a partir do corporativismo e da suplantação da construção do território pelo elemento nacional, patamar fundamental para a configuração do que Santos (1979) chamou de “cidadania regulada”.

Assim, a reflexividade, característica da percepção do laço social entre diferentes classes sociais conforma, no Brasil, uma ausência de pertencimento sequer a uma mesmo projeto de Estado-nação, retomando Giddens (*op. cit.*), constituindo uma governamentalidade sem soberania sobre o território, ou seja, sem a passagem clara da centralização burocrático-administrativa para um “governo do social”.

A pesquisa pretende, portanto, lançar bases de compreensão para a questão social no Brasil, refletindo se esta é, inclusive, uma chave adequada de compreensão da realidade nacional, para além de um estudo de “particularidades”. Em um país cuja modernização se deu pela revolução passiva, cuja percepção da interdependência é muito débil, a construção do desenvolvimento “pelo alto” e extremamente concentrador de renda e propriedade obscurece ainda mais tal compreensão. Este trabalho, portanto, pretende relacionar a construção da questão social em sua expressividade em termos teórico-operativos e ontológicos, que se relacionam dialeticamente.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The present work has as scope to analyze the configuration and the emergence of the problematic about the social question in Brazil. For this, we intend to investigate the emergence of the social issue as a theoretical category and to know how to organize demands of confrontation with the State and its configuration in Brazil, based on the particularities of its conformation in the country. In the classic study of Castel (2010), the social question arises as a construction of the public interest, in harmony with the transition from the family order to the wage society, which imposes itself on privatism, founding the modern public sphere. However, in Brazil, fundamental determinants that are not sufficiently clarified come into play for a very specific configuration of the social question. It is not by chance that the way in which it was thematically gravitated around two fundamental axes, which will be developed in the article: the authors of the Escola Sociológica Paulista, which insert the social question in the debate on development, and of Social Service, that rescue Marxism orthodoxy in order to politicize it as an expression of the class struggle. Thus, the social question is not posed in terms of a national project, even at its analytical level. We start from the hypothesis that the formation of the security order and the authoritarianism in the construction of the management of the poverty was a deep mark in the Brazilian social formation. Solidarity among workers, fundamental to consolidate public order as a social space pacified (Giddens, 2001), as well as interdependence (Elias, 2011), was constituted from the corporatism and the substitution of the construction of the territory by the national element, a fundamental framework for the configuration of what Santos (1979) called "regulated citizenship".

Thus, reflexivity, characteristic of the perception of the social bond between different social classes, constitutes, in Brazil, an absence of even belonging to the same project of nation-state, retaking Giddens (op. Cit.), Constituting a governmentality without sovereignty over territory, that is, without the clear passage from bureaucratic-administrative centralization to a "social government". The research aims, therefore, to launch understanding bases for the social question in Brazil, reflecting if this is even an adequate key to understanding the national reality, in addition to a study of "particularities". In a country whose modernization took place through the passive revolution, whose perception of interdependence is very weak, the construction of development "on the top" and extremely concentrated income and property further obscures such understanding. This work, therefore, intends to relate the construction of the social question in its expressiveness in theoretical-operative and ontological terms, which are related dialectically.

Palabras clave

Esfera Pública; Reflexividade; Questão Social

Keywords

Public Sphere; Reflexivity; Social Issue



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Questão social e trabalho: o debate brasileiro

O exame acerca da questão social no Brasil foi introduzido pela tradição marxista. Procuraremos demonstrar que a temática do trabalho assume centralidade na discussão brasileira acerca da questão social, em que pese os diferentes vieses entre os autores. A Escola de Sociologia Paulista, em torno da Universidade de São Paulo (USP) e o protagonismo do Serviço Social brasileiro, ao analisar a questão social como seu objeto de intervenção profissional, serão o escopo da presente seção.

A Escola Paulista de Sociologia, como é chamada, congregou diferentes pesquisadores desde a década de 1950 até o fim da ditadura militar. Sua temática de pesquisa inseria-se e contribuía para a formulação do debate público acerca do desenvolvimento brasileiro, que também envolvia, principalmente, os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Enquanto estes se preocupavam com a defesa da industrialização brasileira a partir do Estado, em concordância com as teses de Celso Furtado e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU), a tradição paulista pensava a dinâmica de classes sociais no processo de desenvolvimento, a partir da chave da mudança social, da modernização e da defesa do papel ativo do intelectual nesse processo (Mota, 1978, p. 184-189).

Poderíamos apresentar Lucio Kowarick como o autor da sociologia paulista que inaugura a problemática marxista das populações marginais no Brasil, ainda que não trate, diretamente, da questão social¹. Sua discussão, nos anos 1970, está em clara oposição à tese desenvolvimentista, segundo a qual a modernização brasileira seria interpretada como a superação de aspectos disfuncionais das massas marginais, regida pela dicotomia entre o arcaico/atraso e o moderno.

A obra de Kowarick é muito influenciada pela chamada teoria da dependência, e sua problemática da marginalidade está estritamente vinculada à dependência. Essa discussão era oriunda de autores da teoria crítica da dependência, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio

¹ Sua obra em análise no presente trabalho, *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (1975) foi fruto de sua tese de doutoramento em 1973 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dos Santos². Em termos resumidos, para não extrapolar o escopo do presente trabalho, a tese desses autores era a indissolubilidade entre a acumulação capitalista nos países centrais e a superexploração do trabalho na periferia do capital, como partes integrantes do processo de subdesenvolvimento³.

A tese central de Kowarick é que as populações marginais na América Latina podem ser enquadradas na categoria de exército industrial de reserva, na acepção marxiana, do capítulo XXIII do livro I d'O Capital. Em Marx, a composição orgânica do capital, formada pela relação entre o capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho, a soma global dos salários), possui uma relação de aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável (Marx, 2013, p. 723).

Tal relação é explicada pela fase de acumulação concorrencial do capital, em que a automação (processo de incremento do capital constante) forma fileiras de trabalhadores inempregáveis pelo capital, reduzindo, assim, o capital variável. Para tanto, Marx atribui a funcionalidade a essa superpopulação, também chamada de exército industrial de reserva, no sentido de reduzir os salários dos trabalhadores empregados, colocando em relação a questão da exploração, uma vez que tais trabalhadores seriam premidos da ameaça do desemprego.

“Por isso, a produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante” (*ibid.*, p. 747).

² Tais autores, dentre outros, formaram a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP). A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, de Trotsky, é sua base de análise das contradições capitalistas em escala global.

³ A superexploração da força de trabalho é uma categoria original formulada por Ruy Mauro Marini exclusiva do capitalismo dependente, segundo a qual “a correspondência do maior grau de exploração a uma diminuição do trabalho necessário se realiza sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo de seu valor”, em que a mais-valia absoluta (aumento da jornada de trabalho) se combina com a mais-valia relativa (redução do tempo de trabalho necessário, processo de desvalorização real da força de trabalho) (1970, p. 132, tradução nossa).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Com isso, Marx procura apontar que o aumento do exército industrial de reserva não é diretamente proporcional ao processo de automação, e sim aumenta em proporção superior a ele, pois,

“à medida que cresce a produtividade do trabalho, aumenta sua obtenção de trabalho mais rapidamente que sua procura por trabalhadores. O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital” (*ibid.*, p. 748)

Retomar a lei geral da acumulação capitalista é fundamental, pois será a fundamentação dos autores do presente capítulo acerca da questão social. Kowarick defende a validade do exército industrial de reserva para a compreensão da marginalidade nos anos 1970. Segundo ele,

“trata-se de uma lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas “arcaicas” (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também “novas” formas tradicionais na divisão do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto de atividades mal definidas cujo executor pode ser designado de “tarefeiro”” (Kowarick, 1975, p. 83).

Pode-se perceber que Kowarick procura “encaixar” os trabalhadores reais em uma categoria de marginalidade e procura explicar sua funcionalidade para o capital, como quando caracteriza-os como trabalhadores improdutivos⁴. Assim, o autor apresenta a centralidade do trabalho para a discussão da marginalidade, enquadrando-a no centro da acumulação capitalista ao defini-la como exército industrial de reserva.

⁴ “Os trabalhadores marginais participam de unidades produtivas cujo arcaísmo tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permite defini-las como tipicamente capitalistas” (*ibid.*, p. 86).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Kowarick se insere no debate com José Nun e Aníbal Quijano, ambos intelectuais da CEPAL, ao elaborarem, respectivamente, os conceitos de “massa marginal” e “mão-de-obra marginalizada”.

A argumentação de Quijano diz respeito ao “polo marginal”, que, para ele, constitui-se como um aspecto intrínseco da acumulação. Todavia, a existência desses polos é entendida como “função secundária e complementar”, estabelecendo vários estágios de desenvolvimento da produção capitalista, por isso, tal noção e a de mão-de-obra marginalizada (seu rebatimento para a dinâmica das classes sociais) “confundem mais do que esclarecem” (*ibid.*, p. 104).

José Nun também envereda pela disfuncionalidade da “massa marginal” para a dinâmica do capitalismo monopolista competitivo. Para ele, “a baixa capacidade de absorver (mão-de-obra) do setor (competitivo) obriga a colocar novamente, segundo o país, o problema da funcionalidade dessa população sobrando, reintroduzindo a categoria de massa marginal a um nível mais baixo” (*ibid.*, p. 113), insistindo na abordagem que biparte o sistema econômico entre “evoluído” e “marginal”.

Para Kowarick, tais autores se inserem em uma correta perspectiva histórico-estrutural, mas os critica ao argumentarem que a categoria de exército de reserva faria sentido no capitalismo comercial, mas não em sua fase monopolista, uma vez que, para eles, tais “parcelas da população excedente tornaram-se afuncionais ou disfuncionais ao processo produtivo” (*ibid.*, p. 110).

Ao contrário, afirma Kowarick: “Apesar de substanciais transformações, o capitalismo na sua fase monopolista não pode ser visto como um sistema produtivo radicalmente diverso da época competitiva”; não se trata de um ‘novo capitalismo’ (*ibid.*, p. 114). Em vez disso,

“o sistema monopolístico acirra as contradições entre o capital e o trabalho, na medida em que a participação do fator salário diminui em face ao valor do produto social gerado, o que supõe, de um lado, uma crescente pauperização relativa, e de outro, a criação de um contingente de trabalhadores sobrando. Está dentro da própria lógica do desenvolvimento capitalista gerar uma população excedente” (*ibid.*, *idem*).

A tese de Kowarick, portanto, possui o mérito de resgatar condicionantes centrais na teoria marxiana das classes sociais, porém aí se encontra, também, seu limite, ao subsumir a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

marginalidade à ontologia analisada por Marx, o que se complexifica, não somente pela questão do capital monopolista, mas também pela discussão de Castel acerca dos supranumerários, cuja pesquisa aponta para a refuncionalização das populações sobrantes, no sentido de sua inutilidade a partir da crise das sociedades salariais.

Octávio Ianni (1991) também se insere no debate acerca da questão social no Brasil e integra a Escola Sociológica Paulista, com a particularidade de, diferente de Kowarick, não se filiar ao marxismo ortodoxo, também pensando os influxos de Max Weber em termos metodológicos. Ele critica a tradição do pensamento social brasileiro ao formular a concepção de “dois Brasis”, um atrasado e um moderno, ao afirmar que o Brasil moderno sobrevive por meio do atrasado, em que a acumulação de capital compõe e recompõe a problemática da questão social, que, para ele, “reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais” (*op. cit.*, p. 145), em que o militarismo e o populismo aparecem como marcas profundas da formação social brasileira.

Segundo ele, o colonialismo já “punha a questão social de modo aberto e transparente”, passando, nas décadas de 1920 e 30, de “caso de polícia” a “caso de política” (*ibid.*, p. 146). Assim, a questão social passa a representar um problema público, revelando que sua base são os processos estruturais que envolvem a acumulação de capital, que engendram, em contrapartida, por parte dos sujeitos coletivos e dos movimentos sociais, uma “luta aberta e surda pela cidadania” (*ibid.*, p. 147).

“Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural” (*ibid.*, p. 148). Porém, Ianni também acentua a relação da questão social com a pedagogia do trabalho como uma particularidade brasileira, a partir das marcas profundas deixadas pelo escravismo.

A particularidade do processo de modernização brasileiro passou por uma valorização do trabalho produtivo, em que a pedagogia do trabalho ocupou um papel fundamental, ancorado na ética do trabalho e na produção de diversos autores resgatados por Ianni, como Roberto Campos, Mario Pinto Serva e Sampaio Doria. Segundo ele,

“A história da questão social no Brasil pode ser vista como a história das formas de trabalho. Com a reiterada apologia do trabalho, uma pedagogia antiga, contínua e presente.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em todos os lugares, de modo explícito e difuso, no meio do entretenimento e de forma subliminar, sempre está em curso a pedagogia do trabalho” (*ibid.*, p. 153).

Ianni avança em muitos elementos e possui um rico aparato conceitual para pensar as particularidades da configuração da questão social na realidade brasileira. Vera Telles também analisa a questão social no Brasil, porém não avança em termos de criatividade teórica, mesmo porque seus pressupostos percorrem a esteira de Castel, realizando um estudo de caso da questão social na cidade de São Paulo. Para ela, a questão social não se reduz a pobreza ou desigualdade, e sim

“a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. Aporia que, nos tempos que correm, diz respeito também à disjunção entre as esperanças de um mundo que valha a pena ser vivido inscritas nas reivindicações por direitos e o bloqueio de perspectivas de futuro para maiorias atingidas por uma modernização selvagem que destrutura formas de vida e faz da vulnerabilidade e da precariedade formas de existência que tendem a se cristalizar como único destino possível” (Telles, 1996, p. 85).

Telles parte de uma compreensão, portanto, da questão social como um fenômeno complexo, que envolve as tensões entre o Estado, o mercado e os direitos do trabalho. Vista dessa perspectiva,

a questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro. Discutir a questão social significa um modo de se problematizar alguns dos dilemas cruciais do cenário contemporâneo: a crise dos modelos conhecidos de *welfare state* (que nunca se realizou [na realidade brasileira], é bom lembrar), que reabre o problema da justiça social, redefine o papel do Estado e o sentido mesmo da responsabilidade pública; as novas clivagens e diferenciações produzidas pela reestruturação produtiva e que desafiam a agenda clássica de universalização de direitos; o esgotamento do chamado modo fordista de regulação do mercado de trabalho e que, nas figuras atuais do desemprego e trabalho precário, indica uma redefinição do lugar do trabalho (não a perda de sua centralidade, como se diz correntemente) na di-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nâmica societária, afetando sociabilidades, identidades, modos de existência e também formas de representação (*ibid.*, *idem*).

Telles, contudo, não escapa à análise da questão social a partir do conflito e das lutas sociais, que são realmente existentes, porém não supera a formulação segundo a qual o neoliberalismo representou o desmonte de um Estado de bem-estar social que sequer se viu implementado na realidade brasileira. Pensar para além dessa tão colocada formulação, própria de uma denúncia justa do campo político, não nos permite pensar, todavia, o solidarismo, base da construção do Estado de bem-estar, como expressão da autonomização do social e como uma tecnologia liberal. Segundo ela,

“Seria possível dizer que, nesse cenário, vem se configurando na verdade a desmontagem da própria idéia de bem público e responsabilidade pública. Bem sabemos que essas noções nunca chegaram a se constituir plenamente na sociedade brasileira. Mas é precisamente isso que torna a questão mais problemática. Pois trata-se da demolição das referências cognitivas e valorativas pelas quais essas noções poderiam ser formuladas como horizonte possível de futuro. Pois para além de uma privação da palavra e diferente da repressão de outros tempos, trata-se do seqüestro da possibilidade de sua própria enunciação, ou por outra: a possibilidade de nomeação da questão pública é obstruída” (Telles, 2001, p. 132).

Em outra direção, a partir da redemocratização brasileira, diversos autores assistentes sociais passaram a pensar a questão social como uma exigência de reflexão de sua prática profissional. A correlação de forças na redemocratização brasileira, apesar de não socializar o poder político, exigia, com a socialização da política, a representação funcional de atores e grupos profissionais no sentido de sua regulamentação. Com o Serviço Social, não foi diferente.

Já se gestava, no interior do campo profissional, o que Netto (2011) chamou de “intenção de ruptura com o conservadorismo”, em que diversos assistentes sociais, embasados na tradição marxista, procuram reformular o conjunto de atribuições profissionais dos assistentes sociais, que se materializou com o chamado Código Ético-Político do Serviço Social (Código de Ética do



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Assistente Social, instituído pela lei 8662/93)⁵. Netto atribui tal giro a alguns fatores fundamentais, como a organização de estudos de assistentes sociais no Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS), a maturidade intelectual adquirida pela categoria, com a organização dos cursos de pós-graduação e o engajamento dos profissionais com o projeto democrático-popular (*ibid.*, p. 260-282).

Assim, o assistente social passa a ser definido como o trabalhador/profissional voltado para a formulação e execução das políticas sociais, cujo objeto de intervenção são as múltiplas expressões da questão social.⁶ A partir de tais ditames, uma série de pesquisadores, apontados por Montaño (2008; 2011, p. 202-210), formularam e divulgaram estudos específicos acerca de diversas temáticas, pautados no materialismo histórico-dialético, ou, como preferiria Lukács, no “marxismo ortodoxo”⁷.

⁵ O Código de Ética dos Assistentes Sociais estabelece direitos e deveres inscritos nas atribuições profissionais do Serviço Social. Resulta das tensões político-sociais próprias do contexto da redemocratização brasileira, inserindo o assistente social em “um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensiona a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora” (Brasil, 2012, p. 20).

⁶ Tal concepção não é unívoca dentro da tradição marxista no Serviço Social. O trabalho de Lessa (2012), por exemplo, de matiz lukacsiana, nega expressamente o Serviço social como trabalho, entendendo-o como ideologia, uma vez que o trabalho do assistente social não é um trabalho produtivo.

⁷ “Marxismo ortodoxo não significa (...) um reconhecimento acrítico nos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘crença’ nesta ou naquela tese, nem a exegese de um livro ‘sagrado’. A ortodoxia, em questão de marxismo, refere-se, exclusivamente, ao método. É a convicção científica de que o método correto de investigação foi encontrado no marxismo dialético, de que esse método só pode ser complementado, desenvolvido e aprofundado no sentido dos seus fundadores. No entanto, é também a convicção de que todas as tentativas de suplantá-lo ou de ‘melhorá-lo’ conduziram à superficialidade, à trivialidade e ao ecletismo, e tinham necessariamente de conduzir a isso” (Lukács, 2012, p. 29-30).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As análises de Iamamoto, Netto, Yazbek e Pereira (2001), publicadas na terceira edição da Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social⁸ passam a representar uma referência, não somente no interior do debate profissional acerca da questão social, mas também balizando o debate nacional.⁹ Os autores embasam a formulação teórica da questão social a partir da emergência do capitalismo, tendo como centro do debate a luta de classes. Segundo Iamamoto (*op. cit.*), a questão social

“diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias a sua realização, assim como de seus frutos.”¹⁰

Netto (*op. cit.*) contrapõe a questão social como elaboração dos reformadores sociais na emergência do modo de produção capitalista, que mais estavam preocupados com o apaziguamento de suas expressões. Por isso, entende a questão social como noção, e não como categoria teórica, e defende, para tanto, o uso de aspas. Alerta para o caráter crescentemente coletivizado da produção social no capitalismo, o que marca a diferenciação entre a pobreza como determinação da escassez, própria das formações sociais pré-capitalistas, e o pauperismo relativo à ordem do capital. Em sua emergência, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir

⁸ A ABEPSS possui grande peso na formulação das bases e dos currículos dos cursos de graduação e formação em Serviço Social, que também é fundada nesse contexto.

⁹ Tal fato é notório, como se pode perceber pelo comentário irônico de Giuseppe Cocco, que classifica os assistentes sociais como “sociólogos da questão social” (in Lazzarato e Negri, 2000, p. 16).

¹⁰ Em outra obra, afirma: “A ‘questão social’ não é, senão, as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto e Carvalho, 2000, p.77).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

riquezas” (Netto, *ibid.*), assim, a pobreza caracteriza-se, na modernidade capitalista, como determinação direta da produção.

Yazbek e Pereira não trazem muitas questões acerca da gênese da questão social, concentrando-se em aspectos conjunturais. A primeira alerta para a “refilantropização da questão social no Brasil”, caracterizada pela “expansão do terceiro setor” e concentra sua análise em três elementos básicos com que caracteriza a questão social: “pobreza, subalternidade e exclusão social¹¹” (Yazbek, *op. cit.*). Já Pereira critica a tese de uma “nova” questão social, formulada por Castel, e apresenta uma tese mais politicista, segundo a qual

“a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas de embate político, determinado por essas contradições (Pereira, *op. cit.*).

Ao contrário dos autores uspianos, os pesquisadores citados do Serviço Social enxergam a questão social quer como mera noção, quer como objeto subordinado a categorias marxianas como o trabalho e a luta de classes. Assim, entendem a questão social inserida em marcos históricos definidos e em termos episódicos, como realidade superável a partir da lente do marxismo ortodoxo.

Na verdade, o que as teses acerca da questão social formulada por esse conjunto de autores revela é a preocupação em tratar esse objeto a partir de sua funcionalidade para o capital, seja apontando para expressões das lutas de classes em seus embates antagônicos, seja a partir da crítica da economia política marxiana. Se, por um lado, a questão social envolve uma dominação de classe, por outro também envolve resistências e, antes de tudo, pressupõe um monitoramento reflexivo tanto dos trabalhadores como dos espaços de circulação em seu local de trabalho, também a partir das instituições como os sindicatos que “civilizam”, no sentido eliasiano, a contradição entre capital e trabalho, como também o inserem na esfera pública, que pressupõe a sensibilidade coletiva acerca da questão social como um problema público.

¹¹ A autora não cai no minimalismo conceitual ao classificar a “exclusão social” como um fenômeno contraditório de “inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente constituída” (*ibid.*).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O social como questão: para uma compreensão da esfera pública reflexiva

Partimos, portanto, da hipótese de que a formação e a conformação da proteção social no Brasil é capaz de balizar a compreensão da governamentalidade no país, entendida como a arte ou racionalidade de governo que emerge da reflexividade do Estado-nação moderno. Mais do que isso, como a proteção social surge como uma expressão de um registro da sensibilidade coletiva para a construção da própria esfera pública (Habermas, 2014)¹².

Para isso, pretendemos discutir como a sociologia política pode adensar elementos teóricos em termos da reflexividade, própria da construção da esfera pública e da “propriedade social” no Brasil, no sentido atribuído por Castel (2010) da construção de um espaço comum de legitimidade para a construção das políticas públicas, a partir da questão social, que passa a ser colocada como problema público.

Desde a Primeira República à ditadura militar, o Brasil se constitui como país que atravessou o século XX, de sua construção da modernidade, atravessado por golpes e tentativas de golpes, e o estudo sobre as expressões do autoritarismo na governamentalidade brasileira ainda são muito escassos.

Paradoxalmente, configura-se a formação de racionalidades de governo a partir do solidarismo entre os trabalhadores, desde a formação do trabalhismo como elemento constituidor da identidade nacional e da organização dos trabalhadores (Gomes, 2005), até mesmo pela formação de um pensamento político fortemente autonomizador da sociedade civil, seja como marco marca do atraso e da debilidade brasileira, que, portanto, deveria ser governada tutelarmente (Freire, *op. cit.*), seja pela formulação de um Estado altamente centralizador capaz de domá-la a partir das políticas sociais, a partir de um “Leviatã benevolente” na Primeira República (Lamounier, 1997).

¹² Apesar de não explícita, a esfera pública se constitui como uma “representação pública da dominação” do Príncipe (Habermas, *op. cit.*, p. 101).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mais do que discutir diferenças teórico-conceituais entre os autores, falta sistematizar o quanto a cultura política brasileira se constitui a partir de um governo do social não suficientemente aclarado que constrói políticas públicas a partir de uma combinação da força e de razoável margem de consenso, no sentido hegemônico gramsciano.

Para pensar a configuração do Estado brasileiro, mais especificamente, para a configuração de uma esfera pública como espaço social pacificado, recorremos a Anthony Giddens e Norbert Elias, que podem constituir uma síntese teórica a partir do Estado-nação e da interdependência, para que se entenda, portanto, a construção da esfera pública como requisito para a construção da reflexividade na modernidade, seguindo a esteira de Habermas. A pacificação interna dos Estados-nação, construída a partir do monitoramento reflexivo combina-se com a interdependência estabelecida pelo processo civilizador.

Anthony Giddens, na esteira de uma síntese de Marx e Weber, produz uma reflexão acerca do que chama de Estado-nação, forjado na passagem da modernidade. Para ele, seu aspecto reflexivo caracteriza diversos elementos da formação do Estado moderno, que é entendido não somente como “comitê executivo da burguesia”, mas sim em suas múltiplas interfaces com a burocracia, o militarismo, a concentração e centralização de poder na sociedade de classe.

Assim, a distinção entre os tipos de Estado se torna crucial e mais facilmente compreendida. O Estado absolutista centralizou o aparelho burocrático-administrativo e o poder militar e o Estado-nação, próprio da modernidade, difere-se do anterior, pois gere mecanismos de pacificação interna e vigilância sobre os indivíduos.

Nesses Estados, havia a tensão permanente entre a o “controle centralizado dos meios de violência e os poder militar descentralizado exercido por líderes militares locais ou vários tipos de líderes insurrecionais” (Giddens, *op. cit.*, p. 82). Assim, é possível afirmar que seus conflitos se gestavam no interior das classes dominantes, o que significa dizer que não possuíam um governo sobre o território. Havia uma política “dentro das classes”, e não “entre as classes” (*ibid.*, p. 83).

Nas sociedades de classes, o conflito de classes não existe praticamente devido à autonomia das comunidades agrárias entre si, ou seja, não existe uma classe dominante unificada. Porém, no capitalismo moderno, os conflitos de classes (agora, fala-se em uma *sociedade de classe*) “tende a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

se aglomerar em dois lugares: o local de trabalho”, em que o empresário tem uma vigilância direta e gerencia sua disciplina e, por outro lado, a implementação de seus direitos, e o Estado-nação, que, no capitalismo, torna o político e o econômico “muito mais do que nunca intimamente entrelaçados” (*ibid.*, p. 92-93).

A modernidade constitui “o Estado-nação, [que] é a sociedade dos sociólogos” (*ibid.*, p. 193). Isso significa que a complexidade do Estado-nação está no fato de que engloba, em um mesmo fenômeno, atributos administrativos, políticos e econômicos.

Nesse sentido, a *pacificação interna* dos Estados é um requisito fundamental que não pode ser entendida sem a compreensão da violência. A separação da economia e da política no Estado-nação é a chave central para a compreensão da pacificação interna, que é essencial para a dominação de classe, ou seja, os empregadores “não possuem acesso direto aos meios de violência”, porém não precisam, devido à “concentração do trabalho dentro do local de trabalho capitalista”, ensejando a “pacificação interna”, criando espaços pacificados que não precisam da coerção direta do Estado (*ibid.*, p. 211).

Assim, a dimensão biopolítica da regulação dos espaços de circulação também se inserem nessa perspectiva, com os mecanismos de vigilância dentro e fora do local de trabalho. A centralização burocrático-administrativa, centrada na sociedade de classe moderna ao mesmo tempo cria e recria instâncias do monitoramento reflexivo próprias e constitutivas da pacificação interna. Norbert Elias mostra como essa construção da modernidade é eminentemente reflexiva pois perpassa a construção social do desejo, como dimensão central para o processo civilizador.

Elias chama de “imagem reticular” “o fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando (...) o que caracteriza o fenômeno reticular em geral” (Elias, 1994, p. 29). Assim,

“só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno de crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a ‘sociedade’” (*ibid.*, p. 30).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O indivíduo, portanto, constrói uma *autoimagem* que o desloca da compreensão de que é parte de uma rede de interdependência funcional. Porém, para se constituir enquanto indivíduos, dada que esta noção não é dada nem de ordem natural, a *autoconsciência* das pessoas foi construída, a partir de um “grau elevadíssimo de refreamento, controle afetivo, renúncia e transformação dos instintos, e que estão acostumados a relegar grande número de funções, expressões instintivas e desejo a enclaves privativos de sigilos, afastados do olhar do “mundo externo”, ou até os porões de seu psiquismo, seu semiconsciente ou inconsciente” (*ibid.*, p. 32).

Trata-se, portanto, do que Elias chamará de um “processo civilizador”, que tem interfaces importantes com a especialização, ou seja, quanto mais funções o indivíduo é obrigado a realizar a partir de sua rede de dependência, mais seu superego precisará atuar na economia de suas paixões, fazendo com que se constitua enquanto sujeito autocontrolado, não-infantilizado. Assim, Elias identifica que, quanto mais o indivíduo é preso ao cumprimento de suas funções, mais distante está de sua “verdade interior”, ou seja, de suas pulsões, desejos e inclinações pessoais (*ibid.*, p. 33).

Dessa forma, defende que toda mudança social pressupõe a monopolização de formas sublimadas do desejo, que

“cresce em importância para a gênese das tensões sociais na mesma medida em que avança a diferenciação das funções sociais, e, portanto, das funções psíquicas, na mesma medida, igualmente, em que o padrão de vida normal de uma sociedade se eleva acima da satisfação das necessidades alimentares e sexuais mais elementares” (*ibid.*, p. 44).

Para tanto, as forças reticulares da história compelem o ser humano enquanto ser social a um processo civilizatório que envolve toda a “regulação psíquica do comportamento” e que atuam formando “monopólios centralizados” que oscilam entre períodos de controle, pacíficos, e outros revolucionários, de mudança. Tal diagnóstico se insere na perspectiva de que “a história é sempre a história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade dos indivíduos” (*ibid.*, p. 45).

Elias pensa as relações de poder a partir da chave da interdependência, definindo-o como “extensão especial da margem individual de ação associadas a certas posições sociais, expressão



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas” (*ibid.*, p. 50).

Norbert Elias procura, na parte final de sua obra, pensar a sistematização de uma teoria do processo civilizador. Começa a discussão acerca do caráter racional ou irracional do mesmo, donde comenta que os planos e ações dos indivíduos isolados “podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou”, surgindo, assim, uma “ordem *sui generis*, mais irresistível e forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem” (Elias, 1993, p. 194).

Assim, quanto maior a teia de interdependência das funções sociais engendrada pelo processo civilizador, maior o autocontrole dos indivíduos. Também aumenta o “espaço mental além do tempo presente”, ou seja, o passado e o futuro passam a ser observados e planejados (*ibid.*, p. 198). A questão da violência também é totalmente modificada: à medida que os indivíduos adquirem autocontrole sobre suas pulsões, a violência passa a ser monopolizada pelo Estado e confinada aos quartéis, em um diagnóstico muito próximo de Giddens. Com isso, os indivíduos não sentem a ameaça direta da violência, uma vez que passa a ser “calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços pacificados, a controlarem sua própria violência” (*ibid.*, p. 201).

Isso significa uma alteração significativa da economia das paixões e afetos, fazendo com que os homens não tenham explosões de impulsos, criando ou recrudescendo a instância do superego na “luta semiautomática e supervisora de si mesmo” (*ibid.*, p. 203). Não há, é importante salientar, apenas a direção do recrudescimento do superego, sem que isso afete as energias da libido. Portanto, deve se observar, de fato, um equilíbrio da economia das paixões, de forma que a libido, o superego e as ‘demandas’ objetivas do contexto social se contrabalancem.

Elias afirma que o processo civilizador atinge seu auge no Ocidente, nunca antes verificado na história mundial. O “ritmo” de nosso tempo indica cadeias de interdependências que pressionam tanto o indivíduo, ou seja, com tantos passos marcados, que o autor o classifica como promotor de uma compulsão, ou seja, “inibição da paixão e controle da pulsão” (*ibid.*, p. 207).

Com a passagem da sociedade de corte à sociedade moderna, a relação eu-outro tornou-se mais psicologizada, ou seja, a imagem de uns em relação aos outros torna-se “mais rica em nuances,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mais isenta de emoções espontâneas” (*ibid.*, p. 227). Isso provocou que todos se observassem em seu contexto social, num eterno jogo de interesses movidos para sua autopreservação em relação à posição social (*ibid.*, p. 228), em constante monitoramento reflexivo.

Com a instauração do sistema capitalista e sua divisão de funções bem definida, o Estado moderno não precisou do uso da violência explícita, pois os indivíduos estão “pacificados”, ou seja, os indivíduos são tão autocontrolados que o Estado só precisa lançar mão da violência em esferas específicas. A concorrência intercapitalista promoveu uma compulsão maior ainda, uma vez que, agora, a burguesia enxerga o outro como “competidor” (*ibid.*, p. 256-257). Além disso, a burguesia modelou seu superego a partir dos ditames da classe superior, a nobreza. Assim, o Ocidente permitiu “governar as pessoas através de si mesmas, através da modelação de seu superego” (*ibid.*, p. 259).

Elias é um pensador muito fecundo para pensar como o autocontrole psíquico em sua dimensão historicamente compreendida, é capaz de constituir relações de grupos em interdependência, produzindo lógicas mais ou menos equilibradas de poder e, ao mesmo tempo, fenômenos políticos e sociais entendidos como “macrofenômenos” podem ser entendidos a partir dessa chave. Assim, Elias constitui-se como um autor que analisa as particularidades universalizando e particularizando universalidades; portanto, um autor que enxerga a potência dos fenômenos psicossociais.

Essa síntese muito fecunda entre Giddens e Elias é essencial para compreender a construção da esfera pública no Brasil, dado que se constitui como um país que mescla a dimensão do solidarismo entre os trabalhadores e da construção de um espaço social pacificado, mas, ao mesmo tempo, que conjuga o autoritarismo, sempre na tensão da hegemonia própria dos Estados capitalistas, entre a força e o consenso.

Habermas, na mesma direção, endossa o argumento da construção da esfera pública burguesa como espaço reflexivo privilegiado da sensibilidade coletiva e da representação dos interesses: a partir da introdução do humanismo na vida cortesã, valoriza-se o “bom gosto”, que se eleva acima dos juízos de interesse e privacidade. A vida pública tem como cenário o pátio do



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

castelo do príncipe. Por exclusão, constitui-se o domínio privado, que se aparta dos cargos e edificios públicos; a religião também passa a ser de domínio privado (Habermas, op. cit., p. 147).

A esfera pública, portanto, é erigida tanto como cenário das representações das vontades, como também no sentido de representação teatral, que prescinde de um conjunto de gestos, vestimentas e comportamentos capazes de conferir ao soberano força coativa coletivamente. A sociedade civil surge, então, como esfera privada que se torna publicamente relevante: a ascensão do social como forma de legitimidade frente à autoridade do Príncipe. Trata-se, na tentativa de síntese dos três autores, de um processo de longa duração não suficientemente aclarado, mas fundamental para se colocar no exame da tensão provocada pela questão social.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Conclusiones

Vimos que o debate sobre a questão social no Brasil foi introduzido pela tradição marxista, a partir da chamada Escola Sociológica Paulista e ganhou visibilidade e peso a partir da reflexão dos autores do Serviço Social, ao ser instituída como seu objeto de intervenção profissional. Porém, esses autores abordam a questão social como um fenômeno episódico, uma categoria menor, como mera noção, sempre refém das dinâmicas das lutas de classes.

Outra questão própria do marxismo, um dos limites para os quais é necessário transcender a sua tradição, é a conjugação entre modernidade e capitalismo, que a subordina a suas leis. Vimos com Giddens que a modernidade engloba uma série de fenômenos complexos, como a centralização burocrático-administrativa do Estado, a restrição da formação das classes, com o domínio da “sociedade de classe”, a pacificação interna com a reflexividade própria das instituições que compõem o Estado, descentrando, assim, o poder de uma concepção vertical de pura dominação para a formação do poder administrativo.

Os elementos que Giddens coloca avançam na discussão, mas o caráter salientado por Castel em torno do social-assistencial, a partir da vulnerabilidade de massa e da necessidade de gestão dos riscos associados às formas de vida e reprodução social dos inúteis para o mundo são fundamentais para se pensar o governo do social. Os princípios de centralização e territorialização do complexo assistencial foram a condição estrutural de não resolução do pauperismo na ordem social competitiva.

Contudo, a base funcionalista sobre a qual Castel assenta sua pesquisa desconsidera o individualismo metodológico próximo da psicogênese de Elias é fundamental para o governo do social e seu intrínseco processo de subjetivação e para pensar o social como uma invenção. Além disso, Habermas abre espaço para se pensar um “Estado ampliado”, não no sentido gramsciano, mas como espaço de disputas e construção de consensos pautados na racionalidade.

No caso brasileiro, a formação da ordem securitária (do seguro social) e do autoritarismo no gerenciamento da pobreza foi uma marca profunda em sua formação social. O solidarismo entre os trabalhadores, fundamental para consolidar a ordem pública como espaço social pacificado,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

assim como a interdependência, constituiu-se a partir do corporativismo e da suplantação da construção do território pelo elemento nacional, patamar fundamental para a configuração do que Santos (1979) chamou de “cidadania regulada”.

Assim, em certo sentido, pensando não a formação da República, mas passando ao neoliberalismo, que adensa da mesma forma o Estado liberal, pode-se pensar uma “construção antecipada” do neoliberalismo no Brasil; uma de suas marcas foi a privatização e a financeirização dos direitos e políticas sociais já no período ditatorial, como atesta Abranches (1985), com a responsabilização individual de sujeitos autônomos e a privatização do risco, cujo grande exemplo foi a política do desenvolvimento de comunidade, que recrutava os cidadãos na “construção ativa de seu próprio futuro” (Ammann, 2003, p. 47).

Dessa forma, é importante destacar que o “*Welfare* brasileiro” estimulou a chamada sociedade civil a construir formas de responsabilização e autogoverno dos indivíduos, no sentido da preocupação liberal da formação de sujeitos autônomos e detentores de sua expectativa de destino, próprias do que, nos países centrais, adensou-se fundamentalmente com o neoliberalismo.

Nessa chave, a questão social no Brasil foi gerenciada a partir de um governo do social sem a construção antecipada da tutela da incerteza, como discute Castel¹³ acerca da proteção social, mas, ao mesmo tempo, de uma construção do *Welfare* a partir do estatismo (Abranches, *op. cit.*, p. 60 ss.). Uma forma híbrida que necessita, portanto, de um viés analítico próprio e diferenciado, o que justifica a importância do presente trabalho.

A apreciação da bibliografia acerca da formação da questão social e do Estado no Brasil representa uma tentativa de construção teórica imanente a partir do esforço de elaboração mais consistente e contrária à leitura do Brasil como caso particular adequável a modelos explicativos, vista a complexidade dos elementos postos em discussão.

¹³ Castel (*op. cit.*, p. 495-513) mostra que o Estado-providência antecipa a tutela da incerteza acerca das projeções do horizonte de expectativas em níveis socializados, ao passo que sua crise adensa a incerteza, restrita, agora, à dimensão individual, o que configura uma tutela privada da indeterminação frente ao “mundo do trabalho” cada vez mais competitivo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Bibliografía

ABRANCHES, S. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Brasília: CFESS, 2012.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2010.

ELIAS, N. *O processo civilizador, v. 1 – Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *O processo civilizador, v. 2 – Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREIRE, S. M. *Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas no pós-1964*. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

GIDDENS, A. *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.

GOMES, A. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A Questão Social no capitalismo. *Temporalis*, nº 3, Ano 2. Brasília: ABEPSS, 2001.

IANNI, O. A Questão Social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 5. São Paulo: Fundação SEADE, 1991.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*: formas de vida e produção de subjetividade. São Paulo: Lamparina, 2000.

LESSA, S. *Serviço Social e Trabalho*: por que o serviço social não é trabalho. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1970.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MONTAÑO, C. O Serviço Social na América Latina e o debate no Brasil. *Em Pauta*, n. 22. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

_____. *A natureza do serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, nº 3, Ano 2. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964*. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *Temporalis*, nº 3, Ano 2. Brasília: ABEPSS, 2001.

SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TELLES, V. S. Questão social: afinal do que se trata? *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 4. São Paulo: Fundação Seade, 1996.

_____. A “nova questão social” brasileira, ou como as figuras do atraso viraram símbolo de nossa modernidade. In: *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

YASBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, nº 3, Ano 2. Brasília: ABEPSS, 2001.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio